

Salário: vilão favorito da política econômica

Desprotegido da corrosão da inflação, que nos últimos anos vem reduzindo gradativamente seu poder de compra, o salário é o eterno vilão quando se trata da história de crescimento da taxa inflacionária. A economia do País, nos últimos anos, registra que os períodos de pique inflacionário precedem mudanças na política salarial.

Assim foi no Governo Figueiredo, quando a política econômica do Ministro Delfim Netto promoveu um dos maiores arrochos salariais da história do País, dando reajustes semestrais para salários corroídos por inflações mensais em torno de 10%. Na Nova República, os salários, que extra-oficialmente já eram reajustados por trimestre, tiveram uma pequena recuperação com o Plano Cruzado, em março de 1986, que garantia a coreção por um gatilho que dispararia apenas quando a inflação alcançasse 20%, mas que logo depois mostrou-se pouco eficaz.

Depois de ter seu poder de compra corroído durante um ano (março de 1986 a março de 1987), quando a taxa mensal saltou de 0,11% para 14,40%, os salários receberam o gatilho disparado em abril de 1987 pela taxa recorde de 20,96% registrada naquele mês. Em junho, os salários foram abatidos de novo com a decretação do Plano Bresser, que ignorou a inflação de 26,06% e instituiu o reajuste baseado na URP, corrigindo os salários por três meses pela média geométrica das três taxas de inflação imediatamente anteriores.

A fórmula mantém defasados os salários em relação à inflação em crescimento, mas pode garantir ganho real em época de queda dos índices, o que só correu em março do ano passado, quando a inflação foi de 16,01% e a URP, de 16,19%.